

São Paulo, 24 de agosto de 2015.

FÓRUM SOBRE VIOLAÇÕES DE DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

CARTA DE INTENÇÕES

Os participantes do FÓRUM SOBRE VIOLAÇÕES DE DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS, reunidos em São Paulo no dia 24 de agosto de 2015, resolvem registrar e tornar público — nesta Carta de Intenções — o compromisso de realizar trabalho conjunto para a consolidação de uma rede de articulação multidisciplinar e interinstitucional de diversos atores para a promoção de ações de denúncia, combate, monitoramento e superação de situações graves de violação de direitos indígenas e direitos humanos nas diversas regiões do país.

Desde 2014, o Fórum sobre Violações de Direitos dos Povos Indígenas vem constituindo-se como uma rede formada por pesquisadores de diversas áreas, lideranças indígenas, juristas, jornalistas, profissionais de saúde, Sociedade Civil Organizada em articulação para o combate às violações de direitos humanos e indígenas que vêm sendo postas em prática pelo Estado, bancadas conservadoras (Ruralista e Evangélica), latifundiários e grandes empreendimentos. Tal articulação impõe-se diante da falta de espaços para a discussão sobre os problemas que afligem essas populações, considerando uma perspectiva multidisciplinar e, ao mesmo tempo, dedicada a desenvolver diagnósticos e propostas que possam gerar colaborações com as entidades do movimento indígena.

Tal rede de atuação faz-se fundamental num momento em que as populações indígenas vêm sofrendo com problemas que se tornam mais graves a cada dia como: a perseguição de lideranças (Guarani-Kaiowa, Tupinamba, por exemplo); a morosidade na titulação e o questionamento de Terras Indígenas tituladas; a vulnerabilidade social decorrente de políticas públicas mal construídas e implementadas, sem a participação dessas populações (bolsa família, previdência, salário maternidade); a privatização e o desmonte de autarquias que garantiam o mínimo de acesso à Saúde, Renda, Educação; o avanço do missionarismo religioso; a imposição de "grandes obras" (hidrelétricas, estradas, ferrovias). Oscilando entre a omissão, a cumplicidade e o protagonismo, o governo federal tem jogado um papel decisivo no quadro das violações de direitos no campo – seja de camponeses, indígenas, quilombolas e tantos outros grupos socioculturais espalhados por todo território nacional. É fato que a enorme força política dos ruralistas hoje representa um obstáculo decisivo aos avanços na

implementação dos direitos indígenas em várias regiões do país. Mas a posição do governo federal é decepcionante mesmo considerando essa dificuldade. A PEC 215/2000, que daria ao Congresso o poder de deliberar sobre as demarcações de terras indígenas, reconhecimento de quilombos e criação de unidades de conservação também poderia representar um retrocesso de décadas para o país.

Ataques diretos às comunidades foram e vêm sendo denunciados por entidades brasileiras e internacionais, além de parte da imprensa – muito embora, a difusão de informações esteja acontecendo sobretudo de forma autônoma, via internet. A série de relatórios “Violência contra os Povos Indígenas”, do Conselho Indigenista Missionário, lançada bi ou trienalmente até 2007, passou a destacar, todo ano, a partir de 2008, dezenas de casos de assassinatos e tentativas de assassinato, além de homicídios culposos, agressões, ameaças, casos de violência sexual e ataques racistas por todo o território nacional – sem falar em agressões indiretas, como as invasões das terras já demarcadas por madeireiros, garimpeiros e fazendeiros, ou os casos de suicídios, muitas vezes relacionados a situações sociais de extrema miséria.

Outra característica da atual onda de ataques aos direitos indígenas é que, em alguns sentidos, ela impacta de forma geral os diferentes povos, mas, significativamente, também tem alguns efeitos bastante diversos entre grupos amazônicos – onde, geralmente, tratamos de grupos com terra ampla e já demarcada – e os do Centro-Sul e Nordeste – entre os quais a falta de espaço dá a tônica da situação de vulnerabilidade, pois fora da Amazônia está somente algo em torno de 1,5% do total de terras indígenas demarcadas no país. Segundo os números do Censo de 2010, hoje, cerca de 48% dos 896,9 mil indígenas vivem em estados da Amazônia Legal (cf. IBGE, 2012). Paralelamente ao aumento da gravidade desses problemas, observa-se a pouca eficácia de instituições como a FUNAI e o MPF em assegurar os direitos indígenas e direitos humanos. Nesse sentido, o Fórum visa também colocar-se como um espaço de articulação entre as lutas regionais feitas por movimentos indígenas e organizações civis em defesa dos direitos indígenas.

Por fim, nesse breve diagnóstico, cabe ressaltar a importância de mapear, monitorar e divulgar as diversas situações de vulnerabilidade social afetando segmentos e famílias indígenas que, em busca de uma melhoria de vida (leia-se, acesso a renda, saúde, educação etc.), têm migrado para as cidades circundantes às suas terras e mesmo para as grandes metrópoles.

MISSÃO

O Fórum sobre Violações de Direitos dos Povos Indígenas tem como missão promover a articulação de diversos atores para a promoção de ações de denúncia, combate, monitoramento e superação de situações graves de violação de direitos indígenas e direitos humanos nas diversas regiões do país.

OBJETIVOS

- Constituir-se como uma rede de articulação de profissionais, movimentos sociais e organizações da sociedade civil para o enfrentamento conjunto de situações de violação de direitos indígenas.

- Propiciar um espaço de articulação entre as lutas regionais feitas por movimentos indígenas e organizações civis em defesa dos direitos indígenas, onde brotem parcerias.

- Desenvolver instrumentos colaborativos de monitoramento de situações graves de violações de direitos indígenas como, por exemplo, um Mapa de Violações Graves de Direitos Indígenas.

- Partindo, inicialmente, do espaço acadêmico, estabelecer-se como referência no debate público a respeito das violações de direito dos povos indígenas.

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Criação de Frentes de trabalho

- Frente de comunicação

-Frente de produção (textos e materiais dentre notas, artigos, etc)

-Frente de articulação

DINÂMICA DE TRABALHO

Em seu segundo encontro, o Fórum realizou-se por meio do debate e produção de uma carta de intenções por meio de Grupos de Trabalho (GTs). Os participantes dividiram-se em grupos que discutiram quatro temáticas representativas das graves violações de direitos que vêm afetando as populações indígenas em todo o país. As temáticas abordadas foram as seguintes:

Grupos de trabalho

- 1 - Direitos Sociais e Saúde
- 2 - Ataques do Legislativo e do Executivo – Desenvolvimentismo e seus impactos
- 3 - Terras indígenas
- 4 - Violência e memória

FORMAS DE ATUAÇÃO DO FÓRUM CONTRA AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Em seu segundo encontro, os participantes do Fórum, reunidos em Grupos de Trabalho temáticos, debateram situações que representam graves violações aos direitos dos povos indígenas no país. Como posicionamentos do Fórum sobre os problemas referentes ao acesso dos povos indígenas aos Direitos Sociais e à Saúde Indígena, aos recentes ataques dos Poderes Legislativo e Executivo contra os direitos indígenas (PEC 215, Agenda Brasil, PAC, dentre outros), às dificuldades e privações no acesso à Terra, às violências sofridas por essas populações e ao resgate e registro da memória dessas violações, o Fórum manifesta-se da seguinte maneira:

1 – Direitos Sociais e Saúde

O Fórum manifesta-se contra a criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena – INSI- e denuncia que tal proposta, apresentada pelo secretário da SESAI,

Antônio Alves de Souza, impõe-se como um processo de terceirização da atenção à saúde indígena que agravará ainda mais o difícil acesso dos povos indígenas à atenção específica à saúde. Tomando como base o posicionamento do Ministério Público Federal (subprocuradores gerais da república), entende-se que a criação do INSI representará uma grave violação do direito à saúde, pois dificultará a fiscalização dos recursos, já que a Justiça Federal não terá permissão para investigar um serviço social autônomo de direito privado, como seria o caso do instituto. Além disso, a função do instituto seria inconstitucional, pois a Constituição Federal proíbe que atuação complementar ao SUS de empresas privadas seja realizada com recursos públicos.

O Fórum denuncia também que mesmo buscando responder aos problemas de gestão estratégica, a SESAI e a proposta de criação do INSI demonstram pouca preocupação com questões de qualidade da formação dos profissionais de saúde que atendem as populações indígenas. Sendo assim, o Fórum reitera a importância de levar em consideração as necessidades reais apontadas pelas populações indígenas e de haver um olhar qualificado e respeitoso na formação desses profissionais.

No que diz respeito à esfera da seguridade social, os impactos resultantes do acesso aos benefícios sociais, tanto os previdenciários como os da Assistência Social, como Aposentadoria Rural, Salário Maternidade, Benefício de Prestação Continuada, Bolsa Família não estão sendo discutidos com as populações indígenas. Tais políticas públicas vêm sendo construídas e implementadas a partir de um olhar universal que homogeneiza e apaga as diferenças entre as populações indígenas.

Em flagrante desrespeito à Convenção 169 da OIT, a falta de consulta prévia e informada às populações indígenas, futuras beneficiárias, que permitiria a participação na formulação dessas políticas, gera sérios problemas e impactos negativos quanto à implementação das mesmas. A falta do respeito à diversidade cultural e regional, aliada à inexistência de diálogo são fatores que implicam na superexploração dos beneficiários. Vêm sendo verificados inúmeros casos em todo o país de apropriação indevida dos cartões dos benefícios por terceiros. Tal prática, muitas vezes associa-se a formas análogas à escravidão. Como efeitos negativos associados à má construção e implementação de políticas de assistência social, destaca-se também o incentivo ao êxodo das Terras Indígenas; o aumento do alcoolismo; o aumento da drogadição, dentre outros. Nesse sentido, o Fórum considera que, também nesse âmbito, seria fundamental uma política de atenção diferenciada que garantisse a participação das populações indígenas na sua formulação, levando em conta direitos já assegurados como, por exemplo, o direito à consulta prévia informada. Destaca-se também que deve ser prevista a avaliação dos impactos desses benefícios, respeitando inclusive diferenças regionais.

2 – Ataques do Legislativo e Executivo: desenvolvimentismo e seus impactos

A autonomia e dignidade dos povos indígenas estão intrinsecamente ligadas ao reconhecimento de seus territórios. As lógicas de desenvolvimento dos povos indígenas não correspondem à lógica do atual sistema econômico. O atual modelo dito civilizatório dá sinais claros de esgotamento. O reconhecimento e a valorização de outros modos de vida são cruciais para o enfrentamento da crise social, cultural, política e econômica que coloca em risco a vida de todas as sociedades, indígenas ou não. Os projetos dos poderes legislativo e executivo e as decisões do judiciário se configuram como verdadeiros ataques aos direitos indígenas comprometendo o respeito às bases constitucionais e internacionais vigentes. No sentido de denunciar e contrapor-se a tais violações de direitos, o Fórum procurará exercer um papel de articulação quanto aos debates de coletivos, grupos, ONGs etc. no sentido de fortalecer a defesa dos direitos indígenas e humanos que vêm sendo amplamente violados.

3 – Terras indígenas

A morosidade no processo de reconhecimento e titulação de Terras Indígenas vem sendo intensamente denunciada pelos movimentos indígenas e entidades indigenistas. Entendendo que a privação do acesso ao território significa, em muitos casos, a própria privação da vida de muitas populações, já que o território configura-se como o local de morada, de continuidade com os ancestrais, de realização de práticas econômicas, culturais e religiosas tradicionais, será fundamental que o Fórum se junte às demais associações da Sociedade Civil organizada e a movimentos indígenas para denunciar as violações relacionadas a conflitos territoriais, bem como para potencializar e disseminar ações de monitoramento de processos de autodemarcação e autogestão territorial que vêm sendo implementados por organizações e movimentos indígenas. O Fórum propõe-se também a implementar e a fomentar ações voltadas a mapear experiências de soluções de conflitos territoriais dentro e fora do Brasil. Além disso, será fundamental que o GT – Terras Indígenas promova um debate sobre ações do Fórum levando em conta as diferenças de situação apresentadas pelas Terras Indígenas demarcadas e não demarcadas.

O Fórum propõe-se também a implementar e a fomentar ações voltadas a mapear experiências de resolução positiva de conflitos territoriais, de gestão etnoambiental, de convivência pluricultural num mesmo território, dentre outras temáticas a serem identificadas, seja dentro ou fora do Brasil. Além disso, será fundamental que o GT – Terras Indígenas promova um debate sobre ações do Fórum levando em conta de maneira específica os conflitos socioambientais e

demandas por afirmação de direitos que são apresentadas por populações indígenas que já habitam terras regularizadas daquelas populações para as quais a luta pelo acesso à terra ainda é, senão a única, pelo menos, a bandeira prioritária.

4 - Violência e memória

O Fórum propõe-se a estimular e fortalecer o diálogo interdisciplinar e a articulação entre pesquisadores, instituições, organizações indígenas e outros movimentos da sociedade civil para o resgate e registro da memória das violações sofridas pelos povos indígenas, com vistas a colaborar com a constituição de justiça de transição. Por ser o direito à Memória e à Verdade indissociável da efetivação da justiça, o Fórum pretende atuar por meio da participação em estudos e instrução de processos de reparação coletiva, amparando-se em experiências similares de outros países, especialmente da América Latina.

Como forma de compromisso e atuação para a efetivação das ações propostas pela carta no que se refere ao combate às violações de direitos dos povos indígenas e à consolidação de uma rede articulada de mobilização, assinam o presente documento os integrantes do Fórum abaixo relacionados.